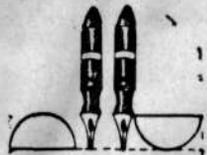


Moderação a serviço da Constituinte

Imagine quem pode ter produzido as seguintes acusações:



— Os empresários e os conservadores em geral não querem ceder um milímetro sequer. Será que eles não vêem que o país está à beira de uma convulsão social?

— A verdade é que a Constituinte nada aprovou até agora que afete, mesmo que pouco, a livre iniciativa. Quem disser o contrário ou está mentindo ou é burro.

— Desafio qualquer um a apontar um artigo, um parágrafo do projeto de Constituição que favoreça ou que de fato amplie o grau de estatização da economia nacional.

Luís Inácio da Silva, Lula, do PT? O deputado Haroldo Lima, líder do PC do B na Câmara Federal? Brandão Monteiro, líder do PDT? Sem desprezar a elegância que pontua seus menores gestos e sem alterar o tom brando e pausado da voz, o deputado Konder Reis, do PDS de Santa Catarina, relator, em 1967, da constituição inspirada pelo governo militar da época, assume as críticas que poderiam ter sido formuladas por qualquer parlamentar considerado de esquerda, e vai mais adiante:

— Todo esse barulho que fazem contra a Constituinte tem como objetivo barrar os avanços mínimos que ela possa produzir. Não querem ceder os anéis. Arriscam-se a perder não somente os dedos, mas as mãos. É preciso distribuir um mínimo de riquezas.

Consumidor compulsivo de, em média, 80 cigarros por dia que fuma sem tragar, vaidoso sem afetação — embora esconda a idade e admita, apenas, que pode estar em torno dos 60 anos —, o deputado acompanha o desenrolar do processo constituinte de uma posição privilegiada. Foi escolhido pelo deputado Bernardo Cabral como

um dos relatores-adjuntos da Comissão de Sistematização. Todas as manhãs, reúne-se com Cabral, o deputado Adolfo Oliveira (PL-RJ) e o senador José Fogaça (PMDB-RS), outros dois relatores-adjuntos. Não há uma só tarde que não ocupe a cadeira ao lado de Fogaça na Mesa que dirige os trabalhos do plenário da comissão.

A capacidade de trafegar com desenvoltura entre políticos de posições diametralmente contrárias às suas fez com que fosse escolhido pelo senador Daniel Krieger, então presidente da Arena, para relator da Constituição que o general Castelo Branco quis outorgar. A amizade de mais de 20 anos com o deputado Cabral fez com que fosse agora lembrado para ajudar na redação da próxima Constituição. Mais do que auxiliar Cabral, Konder Reis ocupou, rapidamente, um espaço privilegiado junto a quase todas os grupos organizados de constituintes.

“Ele não é só político experiente, sensível, é uma voz ponderada e moderna que se impõe aqui dentro”, testemunha o deputado Antônio Brito (PMDB-RS). “Konder Reis tem sido muito importante nos avanços registrados até aqui pela Constituinte”, observa o deputado Roberto Freire, líder do PCB na Câmara. “É um quadro de direita articulado e inteligente”, concede o deputado José Genoíno (PT-SP). A próxima Constituição terá em muitos dos seus capítulos a marca do político que acumula a experiência de 24 anos como senador e deputado e que governou seu estado logo após o movimento militar de 1964, que apoiou na condição de udenista.

— O que caracteriza a atual Constituinte é a profunda divisão de ordem ideológica, política, partidária e regional. O que poderá comprometer seu trabalho será o crescimento da crise econômica e política que engolfa o país — adverte Konder Reis.

Em 1967, ele recebeu o anteprojeto de constituição do ministro Carlos Meireles, da Justiça. Tinha 180 artigos que, mais tarde, alterados por 250 emendas, incorporaram mais sete. A Constituição foi votada em tempo recorde — entre 10 de dezembro de 1966 e 24 de janeiro do ano seguinte. A constituição que está sendo elaborada partiu do zero, à falta de um anteproje-

to. Por iniciativa pessoal, Konder Reis ofereceu à consideração dos constituintes uma espécie de anteprojeto com 77 artigos que só deixou de fora os capítulos tributários e do Poder Judiciário.

Integrou-se, em seguida, na comissão encarregada de legislar sobre o sistema eleitoral, partidos e defesa do estado democrático. A pedido do senador José Richa (PMDB-PR), ajudou a redigir as sugestões de um numeroso grupo de constituintes moderados de todos os partidos. Na fase seguinte, colaborou com Cabral na confecção dos seus dois projetos de Constituição — o último deles, ora em votação na Comissão de Sistematização.

Influiu, fortemente, na redação do capítulo sobre a administração pública. Fez o mesmo no capítulo que trata da concessão de emissoras de rádio e televisão. É dele um dos artigos do capítulo sobre partidos políticos. Colaborou na fórmula parlamentarista de governo adotada por Cabral no seu projeto de Constituição. “Quem decide tudo é Cabral, me limito a ajudá-lo”, confessa com modéstia. Votou a favor da aprovação do artigo que garante o emprego “contra a demissão imotivada” e votou pela rejeição da emenda que dobrou o atual valor da hora extra de serviço.

— O que insistem em chamar de estabilidade no emprego não é estabilidade coisa nenhuma, é, simplesmente, uma garantia para que o trabalhador não seja demitido sem justa razão — argumenta. “O que querem os empresários? Continuar demitindo porque não gostam da cara do empregado?”

Konder Reis preferia que o valor da hora extra dependesse de um acerto entre os sindicatos de trabalhadores e os patronais. “Veja o caso de um mergulhador ou de um funcionário das plataformas que pesquisam petróleo em alto mar”, observa. “O valor da hora extra que trabalham deveria ser mais que o dobro da hora extra atual”. Eventuais erros como esse, acredita, poderão ser consertados quando o projeto de Constituição for examinado pelo plenário da Constituinte.

“Se é fato que não podemos fazer uma Constituição descolada da realidade, também é verdadeiro que ela não poderá consagrar práticas e estruturas claramente injustas”, adverte.

Ricardo Noblat

Brasília — Luciano Andrade

Líder quer Sistematização mais rápida

BRASÍLIA — As lideranças partidárias vão tentar reduzir para 504 os destaques a serem votados ainda na Comissão de Sistematização, desenvolvendo um trabalho de convencimento em suas bancadas para que outros sete mil sejam retirados de pauta. A decisão foi tomada em reunião convocada para discutir fórmulas que acelerem os trabalhos da Comissão.

Segundo a proposta, que não tem valor de resolução porque o regimento interno da Constituinte garante ao autor de nova emenda o direito de submetê-la a voto, o PMDB manterá 210 destaques, o PFL 98, o PDS 42, o PDT e o PTB 28, o PT 21, o PL, o PC do B, o PCB, o PSB e o PDC 14 cada, e o PMB sete. O anúncio do acordo, feito pelo senador Fernando Henrique Cardoso, que presidia os trabalhos da Sistematização, provocou muitos protestos do plenário.

“O PDT não concorda com isso, o que deixou claro na reunião das lideranças. Queremos contribuir para maior rapidez nas discussões, mas não nos subordinaremos a essa proposta”, declarou o líder Brandão Monteiro. “Eu não participei da reunião”, advertiu o líder do PTB, Gastone Righi.

Inabilidade — O líder do PT, Luís Inácio da Silva, Lula, atribuiu os



Euclides Scalco (C) dirigiu a reunião, de manhã

protestos à falta de habilidade do senador Fernando Henrique ao vender a idéia. “O Fernando não dá para camelô, não aprendeu nada com o Silvío Santos”, brincou.

Lula explicou que até agora têm sido votados, em média, apenas 10% dos destaques apresentados, percentagem que não será alterada significativamente com a proposta das lideranças. A diferença é que hoje a maioria dos destaques é retirada em plenário, muitas vezes após intensas discussões e grande perda de tempo. Pretende-se que agora as lideranças enxuguem a pauta antes, dando rapidez ao trabalho das sessões.

Na reunião das lideranças ficou claro ser praticamente impossível que a Sistematização conclua a votação do substitutivo do relator Bernardo Cabral até o próximo dia 28, conforme determinou o

presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. Serão necessários mais 20 ou 30 dias. Nesse caso, é possível que o plenário passe a funcionar paralelamente à Sistematização.

Essa solução, porém, esbarra em muitos problemas. Primeiro, exige a reforma do regimento interno, assunto delicado que muitos constituintes consideram tabu, com medo de abrir as portas para manobras políticas. Além disso, há parlamentares que temem confundir a opinião pública com o funcionamento paralelo das duas instâncias. “Já imaginou como vai ficar a opinião pública se a Sistematização aprovar, por exemplo, a reforma agrária e o plenário da Constituinte consagrar o princípio absoluto da propriedade numa mesma semana? Não vai entender nada”, disse o senador José Fogaça (PMDB-RS).